

APPACDM de Castelo Branco

Associação Portuguesa de Pais
e Amigos do Cidadão Deficiente
Mental

Relatório e Contas do Exercício 2016

16 março de 2017

Índice

1.	Introdução.....	1
2.	Órgãos Sociais da APPACDM de Castelo Branco.....	2
3.	Missão, Visão, Valores e Políticas de Organização.....	4
4.	Enquadramento Estrutural.....	5
4.1.	Número de Sócios.....	6
4.2.	Utentes.....	6
4.2.1.	Atividades de Inclusão.....	7
4.3.	Colaboradores.....	10
4.3.1.	Desenvolvimento na Formação e Qualificação dos Colaboradores....	12
4.4.	Parcerias.....	13
4.5.	Melhoria Contínua/Inovação.....	13
4.5.1.	Investimentos.....	15
5.	Perspetivas Futuras.....	16
6.	Proposta de Aplicação de Resultados.....	16
7.	Outras Informações.....	17
8.	Considerações Finais.....	17
9.	Demonstrações Financeiras a 31 dezembro.....	18
9.1	Balanço.....	18
9.2.	Demonstrações dos Resultados por Naturezas.....	19
9.3.	Demonstrações das Alterações dos Fundos Próprios.....	20
9.4.	Demonstrações dos Fluxos de Caixas.....	22
	Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 dezembro de 2016.....	23

Índice de Figuras

Figura 1	Missão, Visão, Valores e Políticas de Organização.....	4
Figura 2	Estrutura da APPACDM de Castelo Branco.....	5
Figura 3	Atividades do CEE Castelo Branco.....	8
Figura 4	Atividades do CEE Castelo Branco.....	8
Figura 5	Atividades do CEE Sertã.....	9
Figura 6	Atividades do CEE Quinta da Carpalha.....	10
Figura 7	Atividades do CEE Quinta da Carpalha.....	10
Figura 8	Melhoria Contínua/Inovação.....	14

Índice de Gráficos

Gráfico 1	Número de Sócios	6
Gráfico 2	Número de médio de Utentes por Valência	7
Gráfico 3	Número Médio de Colaboradores.....	11
Gráfico 4	Admissões e Saídas de Colaboradores.....	11
Gráfico 5	Número de Colaboradores por Grupo Etário e Sexo.....	12
Gráfico 6	Investimentos em 2016.....	16

Índice de Tabelas

Tabela 1	Composição da Assembleia Geral.....	2
Tabela 2	Composição da Direção.....	2
Tabela 3	Composição do Conselho Fiscal.....	3

Tabela 4	Balanço.....	18
Tabela 5	Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	19
Tabela 6	Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios 2015.....	20
Tabela 7	Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios 2016.....	21
Tabela 8	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	22



1. Introdução

A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - APPACDM de Castelo Branco, com o número de pessoa coletiva 504646710, com sede social em Rua em frente ao Hospital Amato Lusitano – 6000-109 Castelo Branco, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, (IPSS) destinada à promoção de meios educativos, socioculturais, profissionais e reabilitação/habilitação de crianças, jovens e adultos com Deficiência Mental. Neste âmbito, a APPACDM tem estado sempre atenta às novas perspetivas concetuais, com novas filosofias de abordagem e práticas de trabalho, cada vez mais orientadas para a promoção da cidadania e da qualidade de vida dos utentes.

A gestão da organização é entendida cada vez mais como um desafio exigente, agregando e integrando todas as suas dimensões e contribuindo para uma sociedade mais desenvolvida, inclusiva e sustentável.

O presente relatório tem o propósito de apresentar de forma clara e sucinta o enquadramento estrutural, a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico, de 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro do mesmo ano.





2. Órgãos Sociais da APPACDM de Castelo Branco

No modelo de governação da APPACDM de Castelo Branco, os Órgãos Sociais são constituídos por uma Assembleia Geral, uma Direção e um Conselho Fiscal, em que os seus membros desempenham voluntariamente a sua função.

A cerimónia de tomada de posse dos novos membros dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2016/2019, decorreu no dia 20 de janeiro de 2016, na sede da instituição.

A composição dos Órgãos Sociais é demonstrada nas tabelas 1, 2 e 3.

Assembleia Geral	Nome
Presidente	Joaquim Morão Lopes Dias
1º Secretário	Maria Inês Domingos dos Reis Sanches Franco Frazão
2º Secretário	Rogério Pernes Mota

Tabela 1- Composição da Assembleia Geral

Direção	Nome
Presidente	Maria de Lourdes Borges Póvoa Pombo Costa
Vice-presidente	João Manuel Braz Tavares Flores
Tesoureiro	José da Cruz Penedo
Secretário	Henrique Manuel Pires Teixeira Gil
Vogal	Maria Clara Oliveira Nunes de Almeida da Cruz Moreira
	António João Nunes Realinho
Suplentes	Francisco José Alveirinho Correia
	Ana Gabriela Martins de Figueiredo de Almeida

Tabela 2 - Composição da Direção





Conselho Fiscal	Nome
Presidente	Maria Cristina Vicente Pires Granada
1º Vogal	Jorge José Antunes Alves
2º Vogal	António Nunes da Silva Baptista
Suplentes	Maria do Rosário Sequeira Ribeiro dos Santos Pio
	Maria Lucinda dos Santos Robalo Fernandes

Tabela 3 - Composição do Conselho Fiscal



3. Missão, Visão, Valores e Políticas da Organização

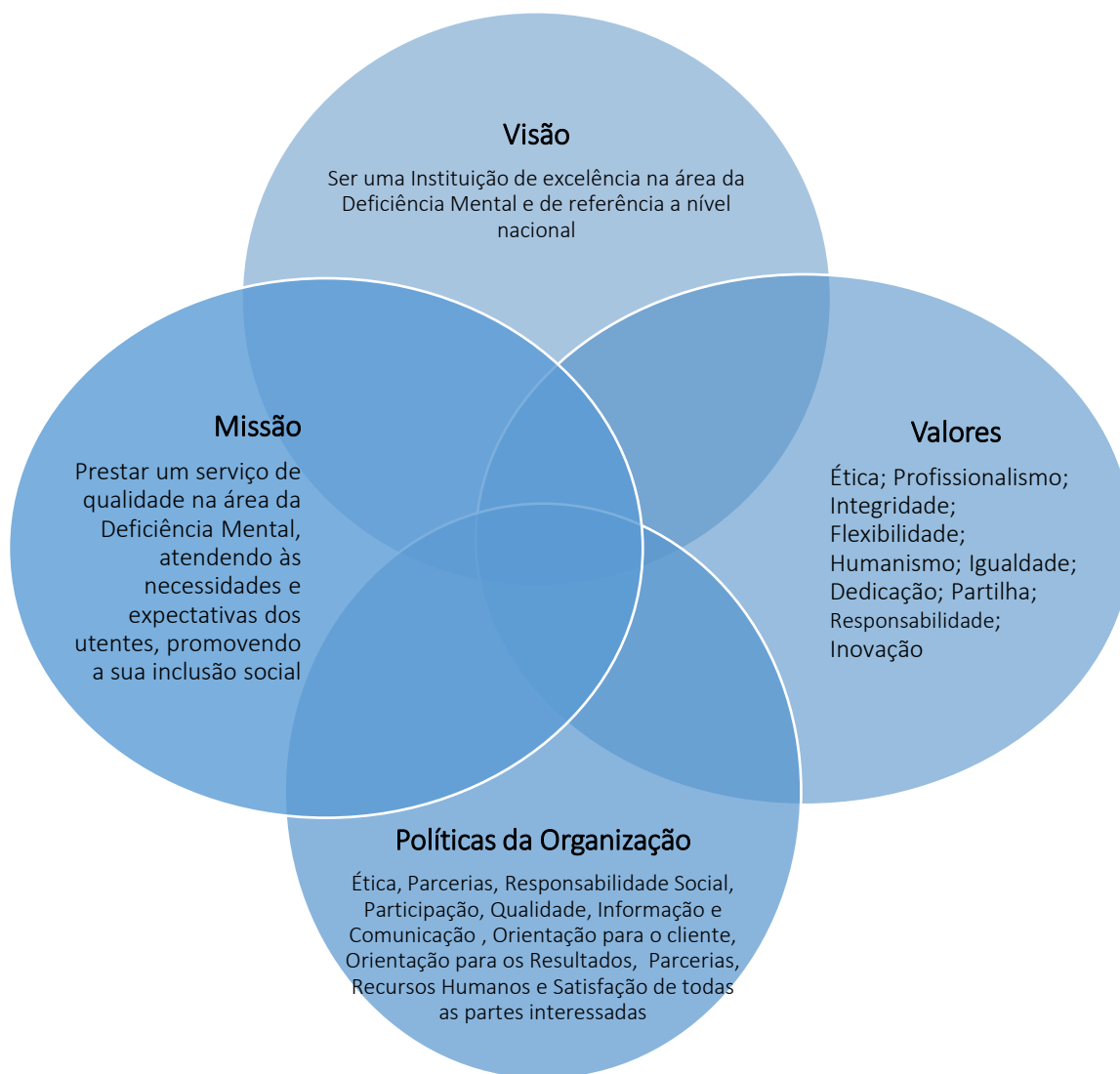


Figura 1- Missão, Visão, Valores e Políticas da Organização



4. Enquadramento Estrutural

As políticas sociais, económicas e educativas registadas na última década provocaram modificações na sociedade. Neste contexto, as Instituições Particulares de Solidariedade Social deparam-se com desafios cada vez mais exigentes e a APPACDM de Castelo Branco não foi exceção, continuou ativa e empenhada a prestar um serviço de qualidade na área da Deficiência Intelectual e incapacidade, procurando manter a sua sustentabilidade.

Para poder dar resposta às necessidades, expectativas e interesses individuais de cada utente, a APPACDM possui três estabelecimentos, sendo cada um constituído por valências e atividades consideradas socialmente úteis e com recursos adequados, de modo a proporcionar aos utentes e família melhor qualidade de vida (Figura 2).

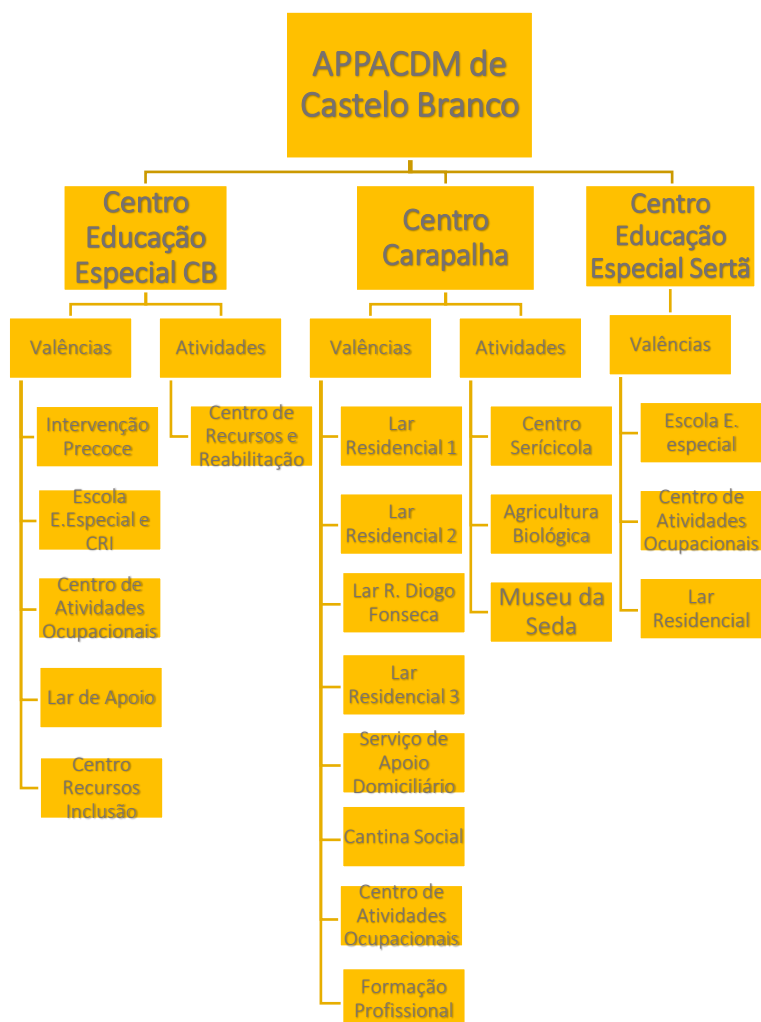


Figura 2- Estrutura da APPACDM de Castelo Branco



4.1. Número de Sócios

A APPACDM de Castelo Branco enquanto associação, conta com a solidariedade dos seus sócios.

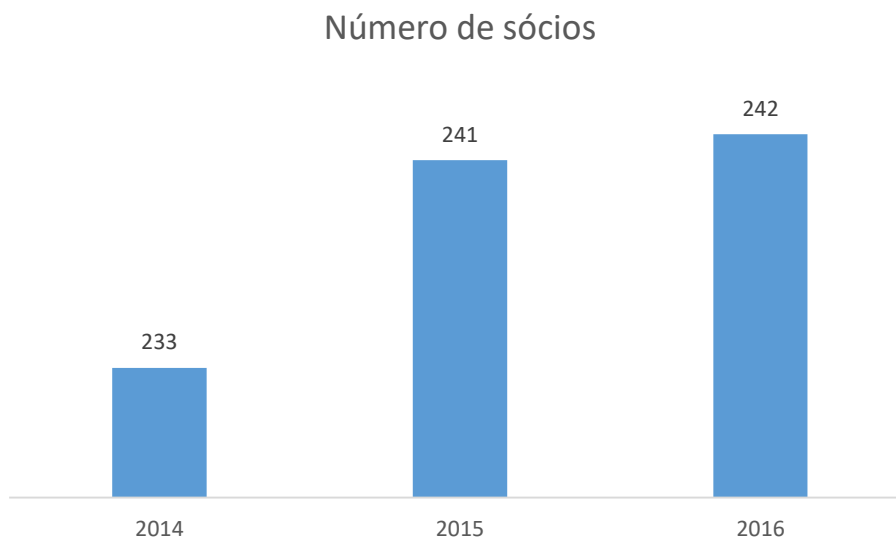


Gráfico 1 - Número de Sócios

Nos últimos 3 anos verifica-se um crescimento do número de sócios. De 2014 para 2015 houve mais oito sócios e de 2015 para 2016 houve mais um.

4.2. Utentes

No ano de 2016, a APPACDM de Castelo Branco prestou diariamente serviços a cerca 650 utentes provenientes de 8 dos 11 concelhos do distrito de Castelo Branco, distribuídos pelas seguintes valências:



Número Médio de Utentes em 2016

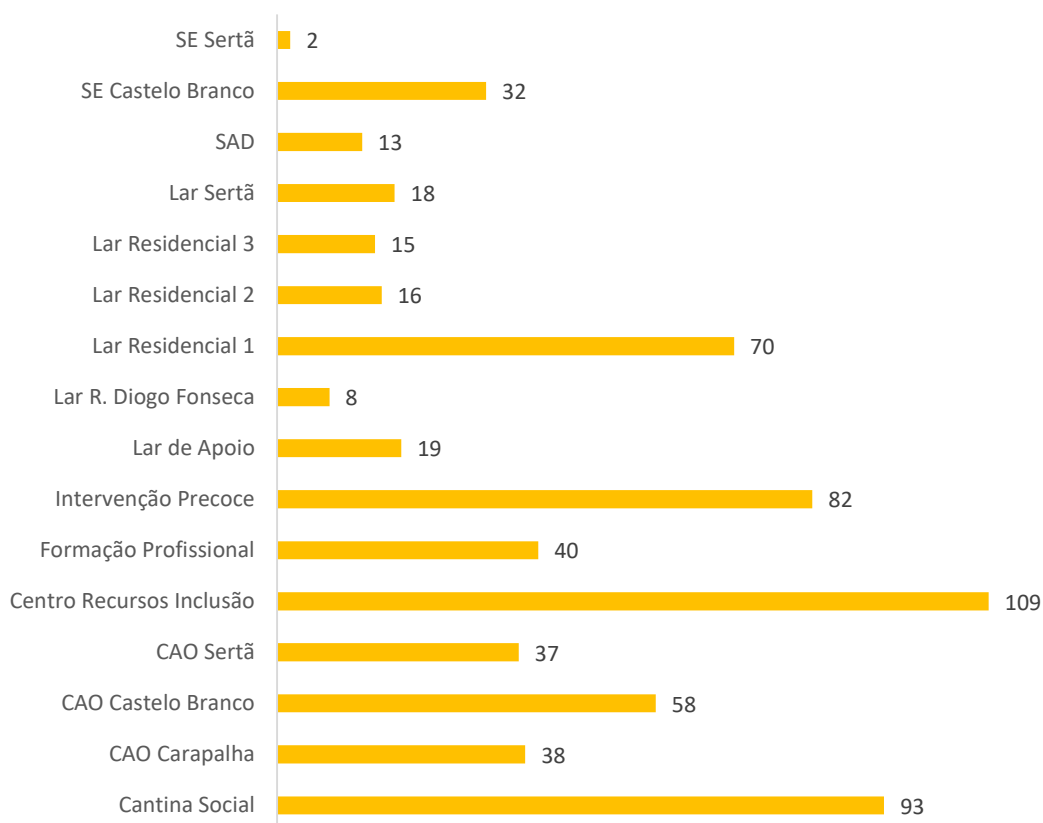


Gráfico 2 - Número de médio de Utentes por Valência

4.2.1. Atividades de Inclusão

De modo a garantir uma melhoria contínua dos padrões de qualidade nos serviços a prestar aos utentes e indo de encontro às suas expectativas, necessidades e interesses como cidadãos de plenos direitos e deveres, foram promovidas inúmeras atividades de inclusão, com um caráter mais sociocultural e fazendo parte integrante do seu plano de desenvolvimento individual. Assim, ao longo do ano e nas diversas valências dos três estabelecimentos, os utentes participaram em atividades de inclusão, das quais destacamos:

- Centro de Educação Especial Castelo Branco:
 - Comemoração de aniversários dos utentes;
 - Comemoração do Dia da Criança;
 - Concurso Kit do Mar em Peniche;
 - Desporto Escolar - Bócia;



- Desporto adaptado - Ténis de Mesa, Judo, Natação e Bócia
- Dia de Reis – Cantar das Janeiras, no Palácio de Belém ao Senhor Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva;
- Dia de S. Martinho - Magusto;
- Dia Internacional da Deficiência;
- Dia Mundial da Alimentação;
- Dia Mundial da Dança;
- Exposição - Venda de Natal;
- Festa de Natal;
- Ida ao teatro;
- Montagem de Presépios na Comunidade;
- Pintura de um Mural;
- Desfile de Carnaval e baile
- Turismo regional (EPRIN
- Prenda do Dia do Pai/Mãe;
- Viagem de Final de Ano – Badoca Park;
- Apresentações em Seminários e posters sobre deficiência e Práticas Inovadoras
- Visita a Óbidos e Peniche;



Figura 3 - Atividades do CEE Castelo Branco



Figura 4 - Atividades do CEE de Castelo Branco

➤ Centro Educação Especial da Sertã

- 5º Encontro de Natação Adaptada;
- Comemoração de aniversários;
- Dia Mundial do Coração;
- Dias de Reis;
- Encontro de Desporto Adaptado em Castelo Branco;
- Exposição/Venda de trabalhos realizados pelos nossos clientes na feira de gastronómica da Sertã;
- Festa de Natal;
- Idas às piscinas municipais;
- Jantar de beneficência no Convento da Sertã;
- Magusto;
- Peddy-paper "Património Cultural da Sertã";
- Santos Populares;
- VI Concurso de Espantalhos na Aldeia de Vale do Laço;
- Viver o Carnaval;



Figura 5 - Atividades do CEE da Sertã

➤ Centro da Carapalha

- Baile de Verão;
- Carnaval;
- Cinema;
- Classe de estimulação;
- Comemoração de Aniversários;
- Dia de Reis;
- Exposição “Alice País das Maravilhas”;
- Exposição “Despojos do dia”;
- Exposição “Imagens de fé”;
- Festa de Natal;
- Gala do Benfica e Castelo Branco com apresentação dança Inclusiva;
- Grupo de Caminhada;
- Grupo de Dança Inclusiva;
- Grupo de Leitura;
- Idas à piscina;
- Jogos Tradicionais;
- Karaoke;
- Orquestra Corporal;
- Páscoa;
- Passeios/Picnics na quinta;
- Peça de teatro “A vontade de estar presente”;



Figura 6 - Atividades da Quinta da Carapalha



Figura 7 - Atividades da Quinta da Carapalha

4.3. Colaboradores

De modo a melhorar a qualidade de serviços prestados aos utentes e à abertura das novas valências nos últimos anos, a instituição aumentou o número de colaboradores, tendo o número total de colaboradores ascendido a 178, em 31 de dezembro de 2016.

Número Médio de Colaboradores

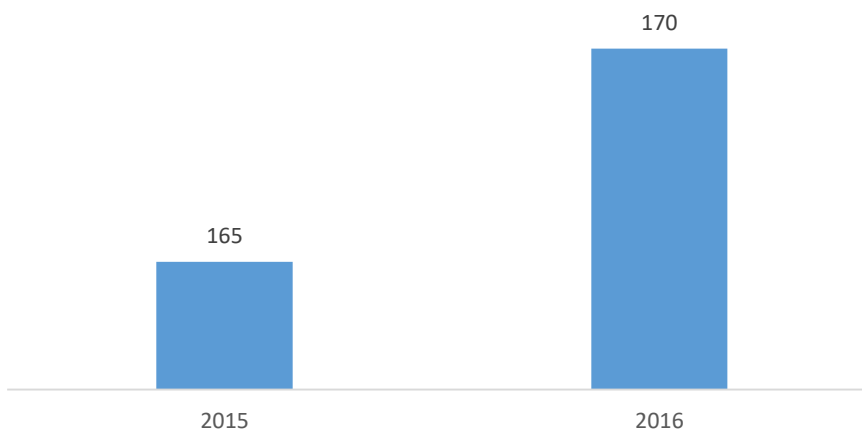


Gráfico 3 - Número Médio de Colaboradores

No gráfico 3, o número médio de colaboradores foi apurado através das remunerações pagas, isto porque houve colaboradores de baixa médica, licença maternal/parental e nojo. Por esta razão, o número médio de colaboradores é inferior ao número total de colaboradores.

Admissões e Saídas de Colaboradores

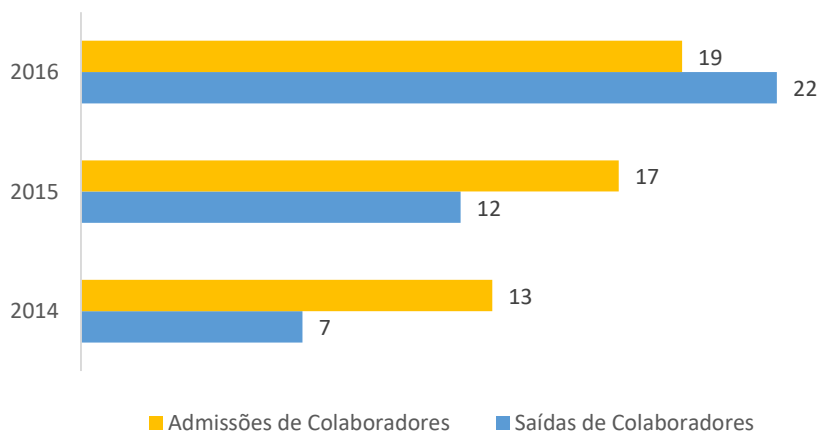


Gráfico 4 - Admissões e Saídas de Colaboradores

O gráfico 4 regista a evolução de admissões e saídas dos colaboradores da instituição nos últimos três anos, verificando-se um aumento.



Em 2016, existiu um maior número de saídas que admissões, devido às saídas de colaboradores que foram admitidos em 2015 e que substituíam outros que se encontravam de baixa médica e de licença sem vencimento.

Número de Colaboradores por Grupo Etário e Sexo

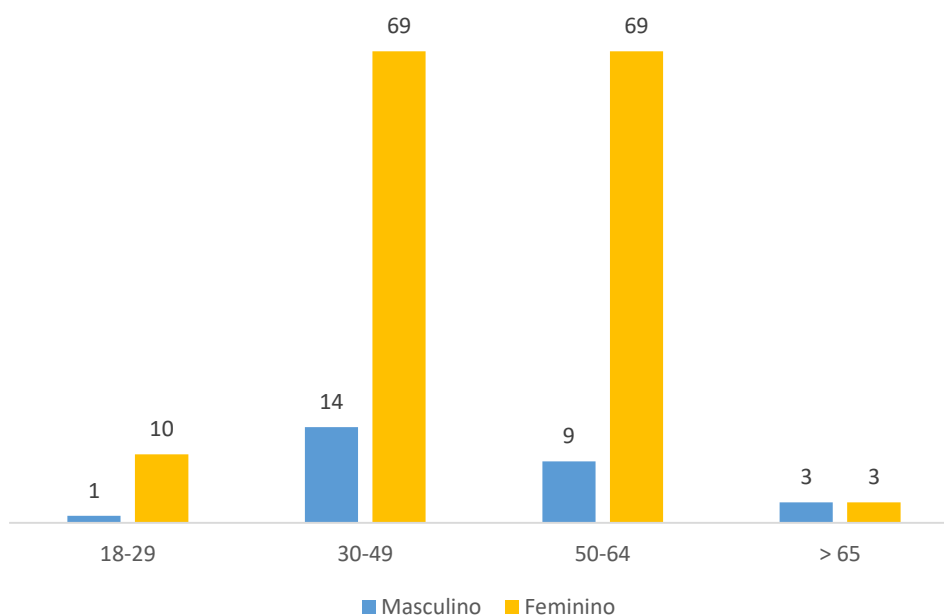


Gráfico 5 - Número de Colaboradores por Grupo Etário e Sexo

O universo de colaboradores da APPACDM de Castelo Branco é composto maioritariamente por pessoas do sexo feminino (85%), sendo que o sexo masculino conta apenas com 15%.

Verifica-se no gráfico 5 que a maioria dos colaboradores encontram-se nos grupos etários 30-49 e 50-64, sendo que apenas 6 têm idade igual ou superior a 65 anos.

4.3.1. Desenvolvimento na Formação e Qualificação dos Colaboradores

Por forma a proporcionar uma progressiva atualização, motivação e valorização das competências pessoais e profissionais dos seus colaboradores, a APPACDM investiu na formação interna e externa, tendo recorrido a parcerias, de modo garantir a qualificação dos recursos humanos das várias valências.



4.4. Parcerias

Ao longo do ano de 2016, desenvolveram-se com os parceiros, atividades locais e nacionais, contribuindo para a qualidade de vida dos utentes, assim como para a sustentabilidade financeira de ações e projetos desenvolvidos, das quais se destacam os seguintes parceiros:

- Câmara Municipal de Castelo Branco e Sertã;
- Junta de freguesia;
- Albigeç;
- Universidade do Minho e Católica;
- Politécnicos de Castelo Branco, Leiria e Porto;
- Agrupamentos de escolas: Amato Lusitano, Nuno Álvares, Afonso de Paiva, José Sanches de Alcains, Vila velha de Rodão e Sertã;
- Instituto de emprego e Formação Profissional;
- Escola de Judo Ana Hormigo;
- Escola de Karaté Joaquim Salgado.

4.5. Melhoria Contínua/Inovação

Durante o ano de 2016, registaram-se ações na esfera da melhoria contínua/inovação, otimizando a comunicação e imagem da organização, procurando sensibilizar a comunidade para os direitos e deveres, e inclusão das pessoas com deficiências e incapacidades, tais como:

- Representação da Instituição, pela Sr^a Presidente da Direção Dr^a Maria de Lourdes Pombo na CNIS, UDIPSS, conselho Geral dos Agrupamentos Nuno Álvares e Amato Lusitano e conselho Local de ação Social;
- A 5 de dezembro de 2016, foi inaugurado o Museu da Seda na Quinta da Carapalha pelo Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa;
- Na inauguração e visita do Museu, foi apresentado por duas investigadoras da universidade do Minho e Católica (nossos parceiros) a importância da seda da APPACDM na engenharia biomédica: uma nova rota da seda”
- Apresentações e Posters em Seminários e congressos Nacionais e Austrália.
- 1º Seminário de Judo Adaptado - Organizado pela parceria Escola de Judo Ana Hormigo e APPACDM de Castelo Branco, decorreu no dia 11 de Maio no Auditório da Escola Superior de Educação de Castelo Branco;

- Participação e organização do 1º Estágio de Judo Adaptado em Castelo Branco, nos dias 9 e 10 de julho;
- Participação em diversos torneios de quatro modalidades do Desporto Escolar, de norte a sul do país, tendo vários utentes ganho inúmeros prémios consecutivamente;
- Organização e participação do V Encontro de Natação Adaptada, na Sertã;
- Participação – Venda de trabalhos realizados pelos utentes, na feira gastronómica da Sertã. E Venda de Natal Castelo Branco
- Participação com uma peça de teatro na comunidade comemorando o dia Internacional da Pessoa com Deficiência.
- Jantar de Beneficência em Sertã
- Participação com grupo de dança inclusiva na gala do Benfica e Castelo Branco.



Figura 8 - Melhoria Contínua/Inovação



No que se refere à criação de condições de sustentabilidade e desenvolvimento, alargou-se as respostas de intervenção terapêutica (hidroterapia, terapia ocupacional, fisioterapia, terapia da fala, nutrição e psicologia), dando resposta às solicitações da comunidade e abrindo a Quinta da Carpalha também à comunidade com o enfoque principal nas seguintes atividades:

- Vindima;
- Desfolhada;
- A colheita de maçã, marmelo, laranja, azeitona, alfazema;
- Pesca desportiva.

A continuidade dos projetos “Criação do Bicho-da-seda”, “Agricultura Biológica – Setor Agrícola e Pecuária”, “Jardinagem e Espaços Verdes”, “Incluir através da multiplicação de plantas”, “Projeto Úrano”, “Asinoterapia” Centro de Recursos para a inclusão e “Desporto Adaptado” foram também pilares para a sustentabilidade e desenvolvimento.

4.5.1. Investimentos

Relativamente ao aumento, requalificação e melhoramento das infraestruturas e equipamentos, constatamos os seguintes investimentos:

- Finalização da construção e de aquisição de equipamento do Museu da Seda;
- Construção de novas instalações sanitárias no Lar 2;
- Aquisição de viatura de ligeiros passageiros;
- Aquisição de dois portões para a quinta;
- Aquisição e manutenção de máquinas motoras;
- Projetos para a quinta;
- Reparação de telhado de “Casa da quinta”;
- Finalização da construção de PT e reestruturação de toda a eletricidade dos equipamentos;
- Mobiliário, equipamentos sociais, equipamentos informáticos e utensílios administrativos;
- Requalificação da Cave do Centro Ensino Especial da Sertã, para espaços de lazer.

No gráfico 6 apresenta-se os investimentos realizados em 2016.



Investimentos 2016

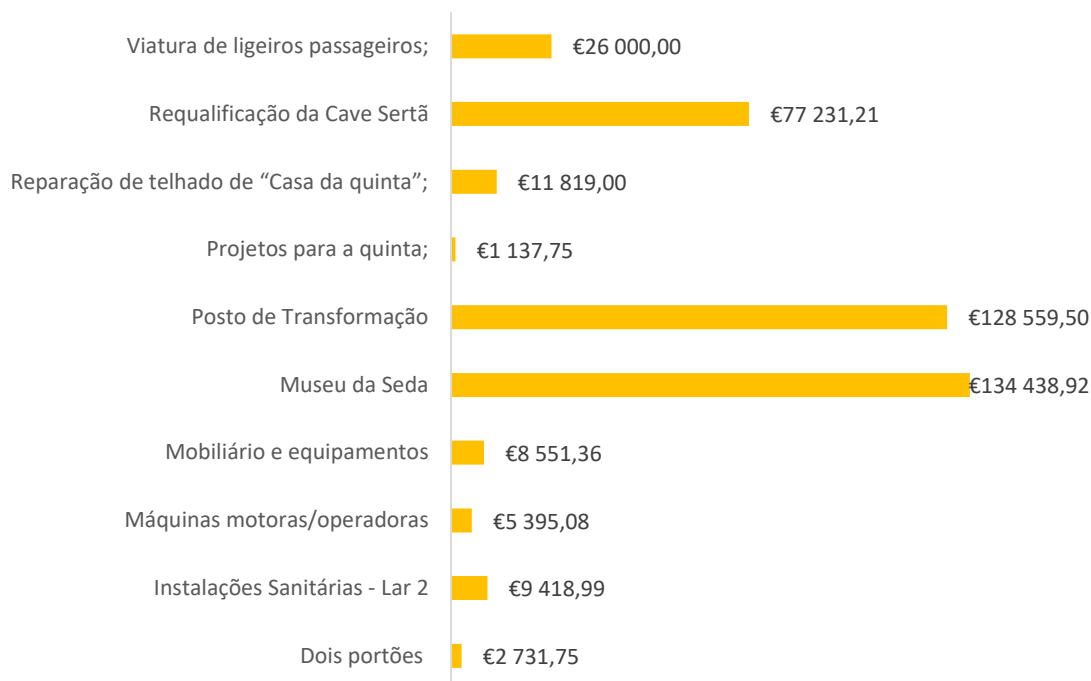


Gráfico 6 – Investimentos em 2016

Em 2016, além de diversos equipamentos com vista a suprir necessidades identificadas, deu-se continuidade aos investimentos iniciados em exercícios anteriores. O montante global de investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis ascendeu a 405 283,56€.

5. Perspetivas Futuras

Em 2016, a APPACDM de Castelo Branco cumpre 44 anos de existência e com os novos Órgãos Sociais para o quadriénio 2016-2019, pretende dar continuidade às atividades existentes e incrementar novas, de modo a garantir a melhoria contínua dos padrões de qualidade nos serviços a prestar aos utentes, indo ao encontro das suas expectativas, necessidades e interesses, como meio de operacionalizar e permanecer sustentável a instituição.

6. Proposta de Aplicação de Resultados

A APPACDM de Castelo Branco, no período findo a 31 de dezembro de 2016 apresentou um resultado líquido de vinte e nove mil e duzentos e setenta e dois euros e setenta e sete cêntimos (29 272,77€), propondo a sua aplicação em resultados transitados.



7. Outras Informações

A APPACDM de Castelo Branco, no período findo a 31 de dezembro de 2016, não tinha quaisquer dívidas à Segurança Social nem à Autoridade Tributária e Aduaneira.

8. Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, sobretudo aos nossos Utentes, mas também a todos os nossos Parceiros, porque a todos eles se deve em muito o crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão da existência da APPACDM de Castelo Branco.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de profundo apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a ser no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da APPACDM de Castelo Branco.

Apresenta-se, de seguida as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016.

Castelo Branco, 16 de março de 2016

A Presidente: _____

O Vice-presidente: _____

O Tesoureiro: _____

O Secretário: _____

A Vogal: _____



9. Demonstrações Financeiras a 31 dezembro de 2016

9.1. Balanço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2016	31/12/2015
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	5 838 843,44	5 778 587,98
Ativos intangíveis	7		2 354,22
Investimentos financeiros		3 641,10	1 927,74
Subtotal		5 842 484,54	5 782 869,94
Ativo corrente			
Inventários	8	8 361,51	9 291,71
Créditos a receber	9	7 074,13	15 382,89
Estado e outros Entes Públicos	10	45 304,94	37 818,03
Outros Ativos Correntes	11	482 791,73	179 212,33
Diferimentos	12	17 449,72	11 585,19
Outros Ativos financeiros	13	300 000,00	300 000,00
Caixa e depósitos bancários	5	3 294 812,08	3 344 957,85
Subtotal		4 155 794,11	3 898 248,00
Total do Ativo		9 998 278,65	9 681 117,94
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	632 341,56	632 341,56
Resultados transitados		6 381 133,41	6 290 155,56
Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais		2 108 645,68	2 144 721,12
Resultado Líquido do período	14	29 272,77	90 977,85
Total dos fundos patrimoniais	14	9 151 393,42	9 158 196,09
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal			
Passivo corrente			
Fornecedores	15	38 789,41	107 439,45
Estado e outros Entes Públicos	10	66 801,60	61 502,63
Diferimentos	12	378 341,53	14 610,12
Outros passivos correntes	16	362 952,69	339 369,65
Subtotal		846 885,23	522 921,85
Total do passivo		846 885,23	522 921,85
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9 998 278,65	9 681 117,94

Tabela 4 - Balanço





9.2. Demonstrações dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	17	629 865,30	616 168,60
Subsídios, doações e legados à exploração	18	3 229 005,53	3 148 482,25
Trabalhos para a própria entidade	19	101 397,69	3 603,14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-296 680,78	-289 760,66
Fornecimentos e serviços externos	20	-869 433,61	-881 405,98
Gastos com o pessoal	21	-2 423 899,84	-2 255 853,27
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-12 631,85	-9 600,00
Outros rendimentos	22	111 642,71	109 949,01
Outros gastos	23	-157 342,62	-68 393,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		311 922,53	373 189,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-295 375,07	-313 343,70
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16 547,46	59 846,22
Juros e rendimentos similares obtidos	24	12 725,31	31 131,63
Resultados antes de impostos		29 272,77	90 977,85
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		29 272,77	90 977,85

Tabela 5 - Demonstração dos Resultados por Naturezas





9.3. Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2015

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade								
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	632,341.56	-	-	6,257,489.53	-	1,659,791.15	32,666.03	8,582,288.27	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Subsídios ao investimento recebidos							550.037,79		550.037,79	
Imputação a rendimentos de subsídios ao investimento 2015							(65,107.82)		(65,107.82)	
Transferência Resultados Líquidos de 2014		-	-	-	32,666.03	-		32,666.03)		
	2	-	-	-	32,666.03	-	484,929.97	(32,666.03)	484,929.97	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							90,977.85	90,977.85	
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3							58,311.82	575,907.82	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5									
		-	-	-	-	-	-	-	-	
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	6=1+2+3+5	14	632,341.56	-	-	6,290,155.56	-	2,144,721.12	90,977.85	9,158,196.09

Tabela 6 - Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios 2015

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO





APPACDM de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade							
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	632,341.56	-	-	6,290,155.56	-	2,144,721.12	90,977.85	9,158,196.09
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Subsídios ao investimento recebidos							20.727,74		20.727,74
Imputação a rendimentos de subsídios ao investimento							(56.803,18)		(56.803,18)
Transferência Resultados Líquidos de 2015					90.977,85			(90.977,85)	
	7	-	-	-	90.977,85		(36.075,44)	(90.977,85)	(36.075,44)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							29.272,77	29.272,77
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8							(61.705,08)	(6.802,67)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
	10	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6+7+8+10	632,341.56	-	-	6.381.133,41	-	2.108.645,68	29.272,77	9.151.393,42

Tabela 7 - Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO





9.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		620.407,91	604,183.69
Recebimentos de subsídios à exploração		3.210.503,17	3,119,282.22
Pagamentos de Bolsas e outros Apoios		(79.829,50)	(41,655.69)
Pagamento a fornecedores		(1.238.528,24)	(1,145,708.44)
Pagamentos ao pessoal		(1.545.393,13)	(1,476,922.78)
Caixa gerada pelas operações		967.160,21	1,059,179.00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(673.563,44)	(749,690.97)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		293.596,77	309,488.03
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(390.075,38)	(778,642.07)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>		20.727,74	550,037.79
<i>Juros e rendimentos similares</i>		15.221,33	49,858.44
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(354.126,31)	(178,745.84)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Doações</i>		10.383,77	19,073.39
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		10.383,77	19,073.39
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(50.145,77)	149,815.58
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.344.957,85	3,195,142.27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	3.294.812,08	3,344,957.85

Tabela 8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Castelo Branco, 13 de Fevereiro 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO





Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 dezembro de 2016

O Presente ANEXO compreende as divulgações que a APPACDM de Castelo Branco considera deverem ser relatadas com referência ao período findo em 31 de Dezembro de 2016, incluindo as que são exigidas pelo referencial contabilístico que lhe é aplicável.

1. Identificação da Entidade

A “APPACDM de Castelo Branco” é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação/IPSS, com o NIPC 504 646710 cujos estatutos publicados no Diário da República n.º 155 de 06/07/2001, Série III, foram objeto de alteração na Assembleia Geral realizada 15.10.2015 e posteriormente remetidos à Segurança Social de Castelo Branco.

Tem como fim satisfazer as necessidades e carências do cidadão deficiente mental e a sua integração social, através das atividades de ensino e reabilitação.

Para prosseguir os seus objetivos está enquadrada nos seguintes CAES:

- **CAE principal:** 87302 Atividade de Apoio Social para pessoas com deficiência com alojamento;
- **CAE's Secundários:** 88102 Atividade Apoio Social para pessoas com Deficiência sem alojamento (CAO e SAD); 85201 Ensino Básico (Sócios Educativos); 88990 Out. Atividade Apoio social sem alojamento N.E. (Cantinas Sociais);
- **CAE's atividades auxiliares:** 85591 Formação Profissional; 01500 Agricultura Produção Animal (agricultura); 86906 Outras atividade saúde humana (terapias, Psicologia, Nutrição)

A APPACDM tem a sede em Castelo Branco, na Rua em frente ao Hospital Distrital de Castelo Branco, o centro da Carpalha, também em Castelo Branco e a delegação da Sertã.





2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

A APPACDM aplica o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º36-A/2011 de 9 de Março, com alterações introduzidas pelo DL 98/2015. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNLNCRF-ESNL), estando apresentadas segundo o disposto na portaria nº220/2015.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes





rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores das demonstrações financeiras.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.





3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Rédito

O rédito é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados às atividades fluirão para a entidade e a respetiva quantia puder ser mensurada com fiabilidade.

O rédito das atividades da APPACDM é reconhecido como se segue:

- i) Vendas – Na data da transação
- ii) Matrículas – Na data da realização da matrícula
- iii) Mensalidades e comparticipações – No período em que o serviço é prestado
- iv) Serviços secundários - No período em que o serviço é prestado
- v) Quotas e joias – Na data do seu recebimento

O rédito proveniente de aplicações de ativos financeiros é reconhecido nos resultados dos períodos a que respeita.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.





As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20 a 50 anos
Equipamento básico	4 a 12 anos
Equipamento de transporte	4 a 10 anos
Equipamento biológico	10 anos
Equipamento administrativo	3 a 12 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 12 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.





3.2.3. Ativos intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis da APPACDM têm vida útil determinável. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método de linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram estabelecidas no Dec. Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

3.2.4. Inventários

Os “*Inventários*” estão mensurados ao custo de aquisição. As saídas de inventários são reconhecidas de acordo com o método do custo médio ponderado.

Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade, sendo resposto quando deixam de existir os motivos que a originaram.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros incluem caixa e depósitos bancários, outros instrumentos financeiros, clientes e utentes e outros valores a receber e a pagar e são reconhecidos pelo custo, sendo este um valor muito próximo do respetivo justo valor, dada a sua liquidez.

No que se refere aos valores receber, quando existem indícios de que tais valores têm risco de cobrabilidade é reconhecida uma perda por imparidade.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:





- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

A APPACDM está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

A APPACDM não exerce qualquer atividade comercial ou industrial fora do âmbito dos fins estatutários.

As despesas não documentadas estão sujeitas a tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.





4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não aplicável

5. Fluxos de Caixa

Os movimentos e saldos das rubricas que compõem a caixa e seus equivalentes foi o seguinte:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2 346,46	587 256,52	588 887,19	715,79
Depósitos à Ordem	642 611,39	9 356 325,88	9 154 840,98	844 096,29
Outros Depósitos Bancários	2 700 000,00	3 200 000,00	3 450 000,00	2 450 000,00
Total de Caixa e Depósitos Bancários	3 344 957,85	13 143 582,40	13 193 728,17	3 294 812,08

Os saldos das contas de depósitos bancários estão disponíveis para uso.



6. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

O movimento nas rubricas de ativos fixos tangíveis em 2016 e 2015 resume-se nos quadros seguintes:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Outros	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Terrenos e recursos naturais	362.195,13	-	-	-	-	362.195,13
Edifícios e outras construções	6.218.171,54	16.499,60	-	84.106,69	-	6.318.777,83
Equipamento básico	1.195.880,54	39.745,07	-	-	-	1.235.625,61
Equipamento de transporte	561.560,27	-	-	-	-	561.560,27
Equipamento biológico	11.222,48	-	-	-	-	11.222,48
Equipamento administrativo	200.209,50	3.577,90	-	-	-	203.787,40
Outros Ativos fixos tangíveis	44.517,96	-	-	-	-	44.517,96
Investimentos em Curso	403.251,48	629.390,40	-	(84.106,69)	-	948.535,19
Total	8.997.008,90	689.212,97	-	-	-	9.686.221,87
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.911.630,14	206.723,87	-	-	-	2.118.354,01
Equipamento básico	976.627,29	65.415,66	-	-	-	1.042.042,95
Equipamento de transporte	529.986,31	23.401,30	-	-	-	553.387,61
Equipamento biológico	987,00	185,00	-	-	-	1.172,00
Equipamento administrativo	156.308,60	15.676,22	-	-	-	171.984,82
Outros Ativos fixos tangíveis	19.952,39	740,11	-	-	-	20.692,50
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	3.595.491,73	312.142,16	-	-	-	3.907.633,89
Ativos Líquidos	5.401.517,17					5.778.587,98





31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Outros	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	362.195,13	-	-	-	-	362.195,13
Edifícios e outras construções	6.318.777,83	12.150,74	-	-	-	6.330.928,57
Equipamento básico	1.235.625,61	5.395,08	-	-	(6,62)	1.241.014,07
Equipamento de transporte	561.560,27	26.000,00	-	-	-	587.560,27
Equipamento biológico	11.222,48	-	-	-	-	11.222,48
Equipamento administrativo	203.787,40	8.571,36	(1.090,98)	-	-	211.267,78
Outros Ativos fixos tangíveis	44.517,96	-	-	-	-	44.517,96
Investimentos em curso	948.535,19	353.206,94	-	-	(70,41)	1.301.671,72
Total	9.686.221,87	405.324,12	(1.090,98)	-	(77,03)	10.090.377,98
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.118.354,01	201.543,45	-	-	24.428,58	2.344.326,04
Equipamento básico	1.042.042,95	69.166,14	-	-	4.966,09	1.116.175,18
Equipamento de transporte	553.387,61	6.312,62	-	-	-	559.700,23
Equipamento biológico	1.172,00	185,00	-	-	85,00	1.442,00
Equipamento administrativo	171.984,82	15.059,98	(1.090,98)	-	22.139,28	208.093,10
Outros Ativos fixos tangíveis	20.692,50	753,66	-	-	351,83	21.797,99
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Total	3.907.633,89	293.020,85	(1.090,98)	-	51.970,78	4.251.534,54
Ativos Líquidos	5.778.587,98				-	5.838.843,44

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os terrenos onde está instalado o polo da Carapalha foram cedido à APPACDM por um período de 25 anos, renovável. As depreciações daqueles equipamentos estão de acordo com a vida útil estimada e não pelo período de concessão dos terrenos, uma vez que não é expectável que o contrato de comodato não seja renovado no fim do prazo.





No exercício foram reconhecidas em amortizações acumuladas 51.970,78 euros referentes a correções de exercícios anteriores.

7. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica de “Ativos Intangíveis” apresentava os seguintes valores:

Ativos Intangíveis						
31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-01-2015	Aquisições/Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2015
Custo						
Programas de computador	7.135,23					7.135,23
Total	7.135,23	0,00				7.135,23
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	3.579,47	1.201,54				4.781,01
Total	3.579,47	1.201,54				4.781,01
Ativos Líquidos	3.555,76					2.354,22
31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-01-2016	Aquisições/Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2016
Custo						
Programas de computador	7.135,23					7.135,23
Total	7.135,23	0,00				7.135,23
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	4.781,01	2.354,22				7.135,23
Total	4.781,01	2.354,22				7.135,23
Ativos Líquidos	2.353,22					0





8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	2016	2015
Inventários Iniciais	9.291,71	9.473,09
Compras	286.721,46	285.888,36
Reclassificações e Regularizações	8.662,63	3.690,92
Mercadorias	366,49	
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	296.680,78	289.760,66
Inventários Finais	8.361,51	9.291,71

As reclassificações e regularizações no valor de 8.662,63 € correspondem a entradas em espécie como seja a produção própria da quinta para consumo interno e donativos também em espécie de géneros alimentares.

As Mercadorias no valor de 366,49 €, correspondem a camisolas adquiridas e ainda não consumidas/vendidas.

9. Clientes a receber

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c	7 074	15 383
Utentes	7 074	15 383
Cobrança duvidosa	24 271	10 619
Clientes	1 019	1 019
Utentes	23 251	9 600
Perdas por Imparidade Acumuladas	-23 251	-10 619
Clientes	-1 019	-1 019
Utentes	-22 232	-9 600
Total Clientes	7 074	14 364
Perdas por Imparidade do período	12 632	9 600





No período foram reconhecidas perdas por imparidade em valores a receber de utentes no montante de 12.632 euros.

10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	45.304,94	37.818,03
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	45.304,94	37.818,03
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	19.244,41	17.439,89
Segurança Social	47.301,37	43.886,25
Outros Impostos e Taxas, FCT	216,16	176,49
Total	66.801,60	61.502,63

11. Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros Ativos Correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:





Outras contas a Receber

Descrição	2016	2015
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
POPH Med. 6.2/POISE	457.874,28	64.789,59
Juros a receber	2.884,75	5.380,77
ISS,IP-Cantinas Sociais	5.735,00	6.370,00
Outros Devedores		
POPH Med.612		85.886,40
IEFP-CB	1.818,83	15.021,67
Rendimento Antenas MEO	1.905,42	1.673,53
PDR2020	12.495,00	
Outros	78,45	90,37
Total	482.791,73	179.212,33

12. Diferimentos

As rubricas de diferimentos decompõem-se como se segue:

Diferimentos

Descrição	2016	2015
Ativo -Gastos a reconhecer		
Juros		
Mensalidades	-	
Outros (seguros)	17.449,72	11.585,19
Total	17.449,72	11.585,19
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Quotas		
CMCB AECS		
POISE	376 522,70	
IEFP	1 818,83	8.891,97
POPH Med. 6.2		5.718,15
Total	378 341,53	14.610,12





13. Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2016	2015
CGD - obrigações	300,000.00	300,000.00
Total	300,000.00	300,000.00

Em 31 de Dezembro de 2016 o justo valor das obrigações ascendia a 270 000,00€, optou-se pela manutenção do custo de aquisição dado que o objetivo será deter estas obrigações até à maturidade e capital investido é garantido no final do prazo.

14. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 1 Jan 2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 Dez 2015
Fundos	632 341,56	-	-	632 341,56
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	6 257 489,53	32 666,03	-	6 290 155,56
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 659 791,15	550 037,79	(65 107,82)	2 144 721,12
Total dos Fundos Patrimoniais	8 549 622,24	582 703,83	(106 156,12)	9 067 218,24
Resultado Líquido do Período	32 666,03	90 977,85	(32 666,03)	90 977,85
Total do Fundo do Capital	8 582 288,27	673 681,67	(97 773,85)	9 158 196,09





Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	632 341,56	-	-	632 341,56
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	6 290 155,56	90 977,85		6 381 133,41
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 144 721,12	20 727,74	(56 803,18)	2 108 645,68
Total dos Fundos Patrimoniais	9 067 218,24	111 705,59	(56 803,18)	9 122 120,65
Resultado Líquido do Período	90 977,85	29 272,77	(90 977,85)	29 272,77
Total do Fundo do Capital	9 158 196,09	140 978,36	(147 781,03)	9 151 393,42

Em 2016 os resultados transitados aumentaram pelo valor de 90 977,85 euros em virtude da transferência dos resultados líquidos de 2015.

As outras variações nos fundos patrimoniais aumentaram pela reposição de 8.232,74 € relativa ao Projeto do POPH Candidatura nº 023468/2009/612 e 12.495,00 pelo subsídio do programa PDR2020-3.2.2 – FEADER-007348 e diminuíram 49.558,18 euros pela imputação a resultados dos subsídios ao investimento e 7.245,00 euros pela imputação resultados do donativo da EDP solidária.

Na rubrica outras variações nos capitais próprios estão reconhecidas as seguintes doações:

Descrição	2016	2015
Herança de Luís Ferreira Belo	38.361,96	38.361,96
Herança de Isabel Esteves	26.199,93	26.199,93
Doação de Equipamentos	3.654,02	3.654,02
Total	68.215,91	68.215,91





15. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores c/c” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	38 789,41	107 439,45
Total	38 789,41	107.439,45

16. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	30 697,96	-	16 449,22
Credores por acréscimos de gastos	-	-	-	-
Férias e Sub. Férias	-	321 229,89	-	303 248,93
Prestações de serviços	-	11 024,84	-	19 671,50
Outros credores	-	-	-	-
Total	-	362 952,69	-	339 369,65

17. Vendas e Prestações de Serviços

O rédito reconhecido no período relativo a vendas e serviços prestados foi integralmente obtido no mercado interno e decompõe-se como se segue:





Descrição	2016	2015
Vendas	5 745,79	5 861,33
Produtos Oficiais e artesanais	2 073,91	2 852,63
Produtos Biológicos	3 671,88	3 008,70
Outros		
Prestações de Serviços	624 119,51	610 307,27
Quotas associados, Matrículas e Mensali. Utentes	616.022,51	604 668,27
Matrículas e Mensalidades dos Utentes	614 590,01	602 103,27
Quotizações e Joias	1 432,50	2 565,00
Serviços Secundários	8 097,00	5 639,00
Fisioterapia	4 242,00	3 021,00
Terapia Ocupacional	2 665,00	1 825,00
Outras Consultas	1 190,00	793,00
Total	629 865,30	616 168,60

18. Subsídios à Exploração do Governo e apoios do Governo

Nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Associação reconheceu na demonstração dos resultados por naturezas os seguintes Subsídios à exploração.

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo		
Segurança Social	2 613 461,71	2 557 678,06
DREC	252 767,44	248 398,93
Soma	2 866 229,15	2 806 076,99

Descrição	2016	2015
Subsídios de outras entidades		
Câmara Municipal Castelo Branco	60 000,00	60 000,00
Junta Freguesia Castelo Branco	1 250,00	500,00
IFAP+IFADAP	17 512,61	6 832,10
Formação Profissional	279.396,06	223 063,90
IEFP Estágios e CEI	6 607,71	52 009,26
Soma	362 776,38	342.405,26
Total	3 229 005,53	3 148 482,25





19. Trabalhos para a própria entidade

Os valores inscritos na conta Trabalhos para a Própria Entidade correspondem:

- Produtos da quinta consumidos na Instituição 8 292,89 €
- Subsídio de refeição atribuído em espécie 93 105,10 €

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos		
Serviços especializados		
<i>Trabalhos especializados</i>	41 670,86	35 116,79
<i>Honorários</i>	148 815,84	170 063,48
<i>Conservação e Reparação</i>	95 371,06	110 941,66
<i>Outros serviços especializados</i>	1 412,71	1 948,16
Materiais	20 808,32	22 242,71
Energia e fluidos	252 776,58	266 445,85
Deslocações, estadas e transportes	36 022,26	36 337,61
Encargos com utentes	41 829,99	37 611,61
Serviços diversos		
<i>Limpeza higiene e conforto</i>	179 839,61	152 606,20
<i>Material Didático</i>	8 190,10	10 599,23
<i>Comunicação</i>	17 665,93	19 691,23
<i>Seguros</i>	17 247,76	12 592,71
<i>Outros serviços</i>	7 782,59	5 208,74
Total	869 433,61	881 405,98

21. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2016 e 2015, foram, respetivamente “22” e “22”.





Os órgãos diretivos/sociais/da APPACDM de Castelo Branco não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade no exercício findo em 31-12-2016 foi de 170 e em 31-12-2015 foi de 165.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao Pessoal	1 995 681,43	1 846 004,06
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	408 069,73	385 973,23
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	16 335,03	14 929,09
Outros Gastos com o Pessoal	3 813,65	8 946,89
Total	2 423 899,84	2 255 853,27

22. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	12 920,55	10 005,75
Serviços Sociais	8 253,00	8 855,08
Aluguer de Equipamento	396,23	315,39
Outros	4 271,32	2 204,60
Descontos de pronto pagamento obtidos	895,48	1 247,03
Outros rendimentos e ganhos	97 826,68	97 326,91
Ganhos na alienação de Investimentos		
Imputação Subsídios ao Investimento (1)	49 558,18	57 862,82
Donativos + Outros não especificados (2)	26 968,75	39 464,09
Restituição de Impostos		
Correções Relativas a Períodos Anteriores	21 299,75	
Total	111 642,71	109 949,01





(1) A APPACDM reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios ao investimento concedidos pelo governo e outras entidades públicas:

Descrição	Valor Inicial	Valor liquido 2015	Subsídio	
			reconhecido	Valor liquido 2016
PIDDAC - Obra da Sertã	122,898.77 €	81 113,18 €	2 457.98 €	78 655,20 €
PIDDAC - Novo Lar Carapalha	417,864.43 €	103 680.34 €	20 736.01 €	82 944,33 €
CDSS - MASES	34,196.09 €	20 342,76 €	1 154.93 €	19 187,83 €
Remodelação Coz. Carap. Sub.Eve.	100,000.00 €	17 676,85 €	2 423.20 €	15 253,65 €
Câmara Municipal C. Branco	191,537.51 €	130 245,49 €	3 830.77 €	126 414,72 €
PAMAF - Med. 2.2	60,987.71 €	13 771,24 €	1 721.32 €	12 049.92 €
IFADAP Sub. Const. Charca	10,476.43 €	6 290,04 €	348.87 €	5 941,17 €
CDSS- Sub Even. obras Lar 4	60,000.00 €	18 774.41 €	2 086.04 €	16 688.37 €
	2009	105,600.00 €		
Museu Bicho da Seda CMCB	2014	249,962.21 €		
	2015	550 037,79 €		
	Total	905,600.00 €	905 600,00 €	905 600.00 €
POPH Proj.23468/2009/612	640,864.77 €	617 329.28 €	6 843,38 €	610 485,90 €
IEFP 41/MAIERP/11/C	20,866.10 €	2 995.11 €	2 995.11 €	0,00 €
CMCB - Lar 4	50,000.00 €	47 521.46 €	495,71 €	47 025.75 €
PRODER/ADRACES	89,297.23 €	71 437.79 €	4 464.86 €	66 972,93 €
PDR2020-3.2.2	12 495,00 €			12 495,00 €
Totais		2 036 77,95 €	49 558,18 €	1 999 714,77 €

O Subsídio do POPH Proj. 023468/2009/612 tinha em 2015 um saldo liquido de 609 096.54 € tendo sido devolvida a importância de 8 232,74 que havia sido retirada no ano anterior perfazendo assim um valor liquido de 617 329,28 € (609 096,54 € + 8 232,74). Deste modo, o subsídio reconhecido em 2016 está deduzido desse valor 8 232,74 € (49 558,18€ – 41 325,44€) 609 096,54 + 8 232,74 = 617 329,28 Valor liquido 2015.

(2) A Associação reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios ao investimento concedidos por outras entidades:





Imputação dos subsídios ao Investimento 2016 (Outras entidades)

Conta	Descrição	Valor Inicial	Valor líquido 2015	Subsídio reconhecido 2016	Valor líquido 2016
594221	EDP	72 450,00 €	47 960,00 €	7 245,00 €	40 715,00 €

Os subsídios ao investimento devem ser reconhecidos em resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os custos relacionados (depreciações e amortizações).

Nenhum dos subsídios ao investimento reconhecido nas demonstrações financeiras é reembolsável.

23. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	22.684,47	20 544,66
IMI	295,20	295,22
IVA	16 947,55	19 127,72
Taxas	5 441,72	1 121,72
Correções relativas a exercícios anteriores	54 755,15	337,68
Apoios Financeiros a Utentes e Associados	76.320,50	47 510,83
Subsídios Refeição Formandos	37 137,00	32 490,63
Bolsas Formandos	39 086,25	10 298,74
Despesas com funerais		1 605,00
Gratificações	97,25	32,76
Outros Gastos e Perdas	3 582,50	3 083,70
Total	157 342,62	68 393,17

24. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:





Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		
Total		
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	12 725,31	31 131,63
Total	12 725,31	31 131,63
Resultados financeiros	12 725,31	31 131,63

25. Imposto sobre o Rendimento

A Associação não tem qualquer imposto sobre o rendimento a pagar relativo ao exercício de 2016.

26. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 não foram constituídas quaisquer provisões ou reconhecidos passivos e ativos contingentes, nem tão pouco foram identificadas situações que possam dar origem ao reconhecimento de provisões ou ativos e passivos contingentes.

27. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e a situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2015, foram de 5400,00 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor.





28. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Castelo Branco, 10 de fevereiro de 2017

A Presidente: _____

O Vice-presidente: _____

O Tesoureiro: _____

O Secretário: _____

A Vogal: _____

O Contabilista Certificado _____

(Joaquim Trindade – CC N.º. 67462)



